

COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E DA EXPLORAÇÃO DA MADEIRA EM UMA ÁREA DE FRENTE PIONEIRA (1940-1970)*

*MENEZES, Ana Paula***

Introdução

Implantada em 1944, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), trouxe grandes impactos econômicos para a região sul do antigo Mato Grosso. Inserida nos projetos políticos do Estado Novo, mas também no fenômeno econômico das frentes pioneiras, a CAND recebeu na década de 1950 um grande número de migrantes que, na condição de colonos, se dedicaram principalmente à agricultura, mas que se inseriram em outras atividades, dentre elas a exploração da madeira. Nesse sentido, estas duas atividades econômicas constituem nosso objeto de estudo, por meio do qual buscamos analisar algumas questões pertinentes aos caminhos percorridos entre os colonos e os agentes sociais envolvidos no processo de desenvolvimento destas atividades. Este artigo faz parte de uma pesquisa que se encontra em andamento, e se pauta, sobretudo em fontes documentais, como depoimentos de antigos colonos e fontes memorialistas, e na bibliografia pertinente ao tema, incluindo livros, teses e dissertações.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi implantada em 1944 no antigo sul de Mato Grosso (SMT). Sua criação se deu pelo decreto- Lei nº 5.941 de 28 de Outubro de 1943 e fazia parte do projeto Marcha para Oeste inserido na política de colonização do Estado Novo brasileiro. Com a CAND a região sofreu um grande avanço demográfico, e conseqüentemente um notável desenvolvimento, principalmente econômico.

Todo este avanço foi possibilitado devido à ação dos migrantes, os quais, de todas as partes do país, migravam em busca de trabalho. Sabe-se que estes, mediante enquadramento nos critérios exigidos pela legislação das colônias agrícolas, receberam gratuitamente um lote de mais ou menos 30 ha (cf.: PONCIANO, 2006) de terra para que cultivassem, transformando a região até então praticamente em economia de subsistência, numa notável produtora de gêneros agrícolas. Foi com a implantação da CAND e com sua ampla e diversificada produção que o SMT passou a inserir-se efetivamente nos circuitos econômicos nacionais, como veremos adiante.

* Este artigo faz parte de uma pesquisa de pós-graduação que se encontra em seu início.

** Graduada em Licenciatura em História pela UFGD e aluna do Programa de Pós-Graduação em História (mestrado) da Faculdade de Ciências Humanas da UFGD.

O que na prática possibilitou a implantação desta colônia foi a adesão dos milhares de migrantes que chegavam ao SMT ansiosos pela terra própria. Em um contexto mais amplo, para entender a criação e implantação da CAND, assim como a de outras colônias agrícolas implantadas em outras regiões do país, é preciso, pois, entender a conjuntura nacional da época – primeira metade do século XX.

Neste momento o Brasil passava por uma mudança de governo, saía da chamada “República Velha” – latifundiária e conservadora, para entrar no “Estado Novo” - caracterizado pelo autoritarismo, nacionalismo e desenvolvimento do capitalismo industrial. Este contexto, por sua vez, inseria-se em um contexto mais amplo, que envolvia o momento de instabilidade política na Europa e a ascensão de regimes totalitários, o que acabou refletindo na política nacional. Este momento caracteriza-se também pelo avanço de uma industrialização no Brasil, que embora tardia, mostrava-se promissora, mas que, entretanto, concentrava-se no Sudeste brasileiro, mais precisamente em São Paulo e Rio de Janeiro. Este contexto de crescimento acelerado dos grandes centros contrastava com o “vazio demográfico” e o relativo isolamento econômico de outras regiões do país, como era o caso do SMT, o que na conjuntura política da época, causava preocupações ao governo federal.

Neste contexto de desenvolvimento do capitalismo industrial, o território nacional é marcado pelo fenômeno das chamadas frentes pioneiras, isto é um processo de incorporação de novas áreas à economia de mercado, sob o estímulo do Sudeste brasileiro (cf.: QUEIROZ, 2008 p. 57). Dessa forma, devido ao clima político instável e ao nacionalismo exacerbado – fruto do autoritarismo do Estado Novo - juntam-se as preocupações de ordem econômica, outras extremamente políticas, como era o caso da preocupação com a própria defesa do território nacional. Sabe-se que a dita segurança das fronteiras visualizada mediante a nacionalização das mesmas, foram idealizadas e implantadas como uma possível solução para tal questão.

É, pois, com estas preocupações com o território nacional que a região do SMT entra em cena, pois como região fronteira esta foi um dos principais alvos dessa política, visto que as experiências históricas do passado, como a Guerra com o Paraguai (cf.: QUEIROZ, 2008) alertavam para o suposto perigo do “vazio demográfico”.

É sabido que no tocante a referida região, havia outros fatores, além desse “vazio demográfico” que agravavam sua situação, o que por sua vez aumentavam as preocupações do governo federal, como por exemplo, a grande presença de estrangeiros, sobretudo paraguaios “de tal modo que, nessa região, era intensa a influência cultural paraguaia, inclusive com uma larga disseminação do idioma guarani” (QUEIROZ, 2008, p. 58). A

presença desses estrangeiros estava relacionada à economia ervateira desenvolvida nesta região. Esta economia como se sabe era em grande parte controlada pela Cia. Mate Laranjeira, empresa que desde meados da década de 1880 detinha a preponderância da exploração dos ervais nativos (cf., JESUS, 2004). A Cia. Matte utilizava mão de obra paraguaia e indígena sendo inteiramente ligada ao mercado platino, tendo a Argentina como o principal mercado comprador da erva.

Foi, portanto, neste contexto de instabilidade política e expansão do capitalismo industrial, que foi desenvolvido o projeto da Marcha para Oeste e criadas as Colônias Agrícolas Nacionais, dentre elas a CAND implantada no Sul do antigo estado de Mato Grosso (região que, na época, constituía o Território Federal de Ponta Porã) (OLIVEIRA, 1999; PONCIANO, 2006; QUEIROZ, 2008). O território da CAND englobava os atuais municípios de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Jateí, Douradina e Deodápolis. A área total delimitada pelo governo federal à CAND era de 300.000 ha, mas acabou sendo reduzida para 267.000 ha, divididas em duas zonas, uma à esquerda do rio Dourados com 68.000 ha e a segunda com 199.000 ha à direita do rio. (PONCIANO, 2006; NAGLIS, 2008).

Sabe-se que a agricultura não foi a única atividade econômica desenvolvida na CAND, apesar de, e não poderia ser diferente, ter sido a principal. Paralela à preparação da terra para o cultivo, a exploração da madeira foi outra prática constante, surgida como consequência desse processo. Por toda a extensão da colônia a madeira dos lotes dos colonos foi alvo de disputas e de irregularidades, entretanto, sabe-se que também os próprios colonos estavam ligados a esta exploração.

Neste sentido, este artigo, que faz parte de uma pesquisa em andamento, buscará fazer algumas considerações acerca destas duas atividades desenvolvidas na CAND: a agricultura e a exploração da madeira, pautando-se mais precisamente nas condições de produção e destinação dos gêneros agrícolas cultivados. Quanto à exploração da madeira, nos pautaremos na utilização desta por parte dos próprios colonos, relacionando-a com uma forma para a obtenção da renda e assim compreender as articulações econômicas desenvolvidas entre os colonos, bem como a destinação dada à madeira, ao mesmo tempo, problematizando a idéia geral da Colônia criada como fornecedora de gêneros agrícolas ao mercado do Sudeste.

O desenvolvimento do artigo se baseou em obras memorialistas de autores da região, em depoimentos de ex-colonos coletados por outros pesquisadores, bem como em uma bibliografia pertinente ao tema.

Colonos, Atividades Econômicas E Comercialização

O SMT só passa de fato a ter uma agricultura mais expressiva com a implantação da CAND, pois antes a região comportava apenas a pecuária bovina, a economia ervateira e uma agricultura de subsistência, ou seja, uma agricultura rudimentar sem excedentes que gerassem renda. Como já foi explicado, a economia ervateira, em grande parte não possuía vínculo com a economia nacional, o que por sua vez contribuía para o relativo isolamento desta região para com o resto do país. No contexto da Marcha para Oeste este isolamento foi um fator de grande relevância no discurso estadonovista para legitimar as intervenções do governo federal na citada região.

A CAND foi efetivamente implantada em 1948, tendo em vista, que as instabilidades políticas do período pós-guerra e o fim do Estado Novo influíram neste processo, sendo os projetos retomados com o Governo Dutra. Neste momento Dourados recebe as primeiras levas de migrantes, sendo a maioria de nordestinos, os quais vieram, entre outros fatores, atraídos pela propaganda oficial, que se utilizou de um intenso discurso mobilizador com um cunho patriótico, pois em face “as melhores condições de vida dos centros desenvolvidos, urgia a necessidade de conduzir a ocupação territorial por meio do símbolo da brasilidade” (PONCIANO, 2006, p. 76), o que se dava também como reflexo do momento político ainda com caráter fortemente nacionalista. Lenharo afirma que “a criação do símbolo da brasilidade se pautava numa nova proposta que combina colonização e industrialização” (1986, p. 23)

Não é possível afirmar até que ponto os migrantes que se deslocaram para o SMT foram movidos pelo sentimento patriótico, mas é correto afirmar que vieram movidos pela necessidade de trabalho, visto que estavam inseridos em um contexto de frentes pioneiras e avanço do capitalismo industrial. Segundo Martins, a frente pioneira se caracteriza:

pela instauração de empreendimento econômico [...] O ponto chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Esta não é ocupada, é comprada. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza (Cf. 1975, p. 47).

Sendo assim, diante das circunstâncias, os migrantes não temiam entre nada perder e a esperança de ganhar gratuitamente um lote de terras. Entretanto, ao que indicam as fontes, estes colonos esperavam muito mais que um lote de terras, tinham a esperança de se tornarem trabalhadores-proprietários, buscavam uma oportunidade de uma vida tranqüila, ou seja, onde pudessem assegurar o fruto de seu trabalho, a posse do lote de terras representava o

início, a base de uma nova vida. Sobre o imaginário dos colonos, relata um memorialista da região:

Sonhavam com uma terra dadivosa, uma espécie de Canaã, ‘onde correria leite e mel’ [...], naquele tempo circulava por todo o país a notícia de que aqui se receberia terras gratuitas, com casas já feitas, estradas, assistência médica, educacional, técnica e até financeira, como alguns animais para poderem iniciar a vida em seus lares (LIMA, 1982, p. 11).

Em consonância à citação de Lima, pode-se considerar, portanto que os futuros colonos, embora inseridos, em um contexto de expansão das frentes pioneiras, tinham em mente um pensamento típico dos membros de uma frente de expansão. Esta segundo Martins:

caracteriza-se pelo uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. O excedente é, assim, o artigo que adquire valor de troca porque há condições econômicas para sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do trabalho. Na frente de expansão, as condições de vida são reguladas pelo grau de fartura e não pelo grau de riqueza (1975, p. 46)

Dessa forma, o que os colonos que chegaram à CAND buscavam não era a transformação do Brasil em uma nova nação, não possuíam o sentimento nacionalista, mas buscavam uma oportunidade de uma vida melhor. A *espécie de Canaã* citada por Lima, denotava a fartura simples do homem do campo, com a qual sonhavam. A fala da ex-colona Dulce, reforça esta hipótese:

Viamo atrás de melhora, viemo do norte para São Paulo, de São Paulo viemo para cá, aqui meu pai adquiriu um lote no Barrerinho, aquele tempo, tudo era mata virgem aqui, para lá tinha uma quarta de terra derrubada [...] Lá meu pai trabalhava com lavoura, ele plantava arroz, feijão, plantava um bananal e vendia uma carrada de banana, tinha cana, tinha porco, tinha galinha, muito porco, tinha fartura que só vendo (Depoimento coletado por Nilton Ponciano, em 1999).

O fato de o imaginário dos colonos indicar características de uma frente de expansão, enquanto de fato, estavam inseridos em uma frente pioneira, talvez se explique pelas muitas faces do tempo histórico, que ao contrário do tempo cronológico, é heterogêneo e qualitativo.

A expansão das frentes pioneiras estava diretamente relacionada ao rápido desenvolvimento industrial da região Sudeste do Brasil. Segundo Queiroz:

o desenvolvimento industrial desatou um círculo virtuoso, do ponto de vista da acumulação capitalista: a industrialização ao induzir a urbanização, provocou um aumento da demanda por alimentos e a consequente expansão da agricultura comercial – a qual, por sua vez, ao ampliar a renda no meio rural, ‘ampliou o mercado não só de artigos manufaturados em si, mas de artigos produzidos com técnicas industriais em massa, em empresas capitalistas’, com o que se realimentava todo o processo consumidor de produtos industrializados (QUEIROZ 2008 p. 57).

Nesse processo, no SMT, a política da Marcha para Oeste, com sua ideologia de estímulo à expansão econômica mediante a ocupação dos espaços vazios do interior do país, se conjuga com os fatores de expansão das frentes pioneiras, sendo o revestimento desse processo. Ou seja, um projeto político com “pano de fundo” econômico, pois “por mais que o ‘econômico’ e o ‘político’ sejam separados para fins de análise e apresentação, devem ser entendidos como constituindo um único e indivisível processo social” (FOWERAKER, 1982, p. 39). Segundo Paul Singer, na prática este processo implicava em “abrir as regiões semi-isoladas, que viviam em economia de subsistência, e integrá-las na divisão inter-regional do trabalho, o que significava, ao mesmo tempo, ampliar o mercado para o capital industrial e, portanto a base para sua acumulação” (1984, p. 218). Sobre esse processo afirma ainda Queiroz:

Desse modo, como observa o geógrafo Leo Waibel, a grande demanda por gêneros alimentícios e matérias-primas, estimulada pelo pólo industrial do sudeste, se fez sentir sobre uma vasta área, correspondente a ‘um semicírculo de 500 até 1.000 quilômetros de raio’, em torno das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (QUEIROZ, 2008 p. 57)

Assim, se no século XVIII, a região do SMT, permaneceu como “área de passagem, entre São Paulo e as regiões auríferas” (QUEIROZ, 2008, p. 17) neste momento - primeira metade do século XX, pode-se dizer que, se formou entre o SMT e o Sudeste – um corredor demográfico, porém de migrantes que, não só passavam, mas se fixavam, em virtude da Colônia Agrícola. Sabe-se que a maioria dos migrantes de fato vinham do Nordeste, como atestam as fontes memorialistas: “como era grande a coragem leonina daqueles bravos pioneiros! Era difícil saber qual o mais forte, mas distinguiam-se de modo particular os de origem nordestina” (LIMA, 1982, p. 11). Entretanto, a grande maioria dos migrantes para chegar até esta região, viajavam até São Paulo, deslocando-se de lá para cá, como relatam os ex-colonos:

vinha chegando mais família, vinha tudo de São Paulo, do Nordeste, vinha tudo para cá, alagoano, paraibano. Eu sou paraibano, vim da Paraíba com 9 anos de idade, nós viemos direto para Prudente, aí ficamos sabendo que Getúlio Varga tava dando loteamento aqui, viemos para cá, quando nós mudamos, mudamos em 7 famílias num caminhão só (depoimento coletado por Nilton Ponciano em 1999).

Dessa forma, realizou-se a primeira etapa – a ocupação - para a concretização dos objetivos do Estado Novo na região – a nacionalização e segurança das fronteiras. A inserção na economia de mercado ocorreria como consequência dessa ocupação, que possibilitaria o desenvolvimento da Colônia agrícola, a qual por meio de sua produção corresponderia à

política de substituição de importações que adotara o Estado Novo a fim de promover o desenvolvimento industrial (PONCIANO, 2006, p. 71).

No tocante às condições para o cultivo, a CAND em particular fora privilegiada sob diversos aspectos. O primeiro deles são as condições naturais da região, particularmente o clima ameno, propício às diversas culturas, as terras férteis e a topografia do terreno, senão de todo plano, apenas levemente ondulado. Embora também houvesse os contratemplos, como por exemplo, as intensas geadas, na estação do inverno o que prejudicava grandemente algumas culturas como era o caso do milho e do café. Tal situação, por sua vez acabava por frustrar as expectativas dos colonos, diante das perdas na lavoura: “O cafezal anoiteceu parelho e verde como um tapete, e amanheceu de luto, serviço da geada (1955)” (cf. CARLI, 2005, p.115). Apesar das adversidades, no geral as condições naturais da CAND eram vantajosas, o que aumentava as expectativas por parte dos colonos.

Dessa forma o migrante, na condição de colono constituiria a “nova realidade agrícola” que o governo objetivava para o desenvolvimento do país. No entanto, é sabido que no tocante aos recursos necessários para o desenvolvimento da colônia, não se pode dizer que a CAND teve a mesma sorte quanto às suas condições naturais. De fato, a legislação garantia aos colonos, além do lote gratuito de 30 ha alguns incentivos iniciais, para a fixação na terra e o início do trabalho agrícola. Tais incentivos incluíam: assistência médica e educacional, implementos agrícolas, envolvendo sementes, ferramentas e até animais fornecedores de alimentos e força de trabalho, como mostra o depoimento a seguir:

quando começou entrar esse povo lá na serraria, ali o governo criou hospital, tudo de graça, ali ele criou a marcenaria, que era para fazer casa de graça para os pobres morar, ele dava o lote, com dois alqueires de terras pronto, dava semente, dava de tudo e dava dois anos para comer de graça, montou uma máquina de arroz lá, vinha cobertor, vinha roupa, vinha tudo do governo federal, o finado Getúlio Vargas, dava duas vacas de leite, dava o arame para cercar, dava de tudo (depoimento coletado em 1999 por Nilton Ponciano).

Sabemos que nem todos os colonos tiveram mesma sorte, os que chegaram após a década de 1950 não receberam tais incentivos, isto devido ao grande número de migrantes que a CAND recebeu o que supostamente teria impedido a administração, que contava com precária infra-estrutura, (NAGLIS, 2008) de atender a todos, como pode ser observado no seguinte depoimento:

Nós que chegamos aqui depois dos 50, não encontramos mais nada. Esse negócio de casa, ferramenta para trabalhar, nada disso nós tivemos. Não sei se o governo não tinha mais dinheiro ou se foi porque não quisemos mais esperar, só sei que por aqui o governo só mandou o administrador vir arrumar as terras que nós marcamos, mesmo assim, fez quando ele quis. Por isso é que eu dou valor a cada pedacinho dessa minha terra, porque

eu sei o quanto me custou (depoimento do colono Osvaldo Nascimento, apud ANDRADE, 2008, p. 39).

Estes colonos que chegaram a meados da década de 1950 tiveram dificuldades até mesmo na ocupação da terra, como é o caso dos colonos da segunda zona da CAND, que colonizaram a área por iniciativa própria diante da morosidade da administração, como nos mostra os memorialistas da região: “na madrugada do dia 9 de Julho de 1954 (sexta-feira) 450 homens rompem a barreira que os separava e se alojam onde hoje se situa o centro de Fátima do Sul” (CAPILÉ, 2000, p. 17). A ocupação por conta própria também é relatada pelos ex-colonos: “todo mundo invadiram isso aqui [lado direito da barranca do rio Dourados], essa área reservada aqui, porque aí descobriram, pegavam o mapa, viram isso aqui, entraram no dia 9 de julho, de manhã, até meu marido veio junto” (depoimento de D. Diva coletado por Nilton Ponciano em 1999).

Tem-se ainda o mesmo fato relatado por um representante da administração da CAND “é gente que ninguém sabia de onde veio por que começou um formigueiro de gente querendo invadir a segunda zona, aí formaram Fátima do Sul que era Vila Brasil, nessa época a colônia até teve dificuldade de demarcar os lotes de tanta gente que havia” (depoimento de Gaspar da Silva, antigo chefe da colonização do INIC, apud SANTOS 2000, p. 33).

Este episódio – a ocupação da segunda zona da CAND - ficou conhecido na memória popular, sendo perpetuada pelos memorialistas como “invasão”, da margem direita do rio Dourados. Este fator – dois momentos distintos do desenvolvimento da CAND - nos permite visualizar suas especificidades. Naglis faz uma série de considerações acerca da colonização e desenvolvimento em caráter desigual das duas zonas (cf: 2008, p. 65). No entanto, é um tanto contraditória a idéia divulgada pela historiografia, de que a CAND não contava com a vinda de tão grande número de migrantes e por isto não contava com infraestrutura capaz de atender a todos (Cf: SANTOS, 2000, p. 31), impedindo assim que aqueles que chegaram aos fins da década de 1950 não mais recebessem os mesmos incentivos que receberam os primeiros. Entretanto os fatos dão a entender que diante da vastidão territorial da colônia, era de se supor ou de se esperar um grande número de migrantes, visto que, a primeira zona, que primeiramente começou a receber migrantes, possuía 68.000 ha o que representava apenas 27% da área total, enquanto a segunda zona possuía 199.00 ha representando os outros 73% (NAGLIS, 2008, p. 65) e, portanto, seria natural que logo esta primeira parte seria ocupada sendo necessário assim iniciar as demarcações na chamada segunda zona.

Neste processo e independente dos problemas de ordem estrutural, como veremos adiante, o desenvolvimento da agricultura na CAND mostrava-se promissor, visto que além dos fatores propícios já mostrados, havia grande estímulo em função da demanda do mercado nacional.

A legislação exigia cidadãos aptos ao trabalho agrícola (NAGLIS, 2008, p. 58, PONCIANO, 2006, p. 85), porém, na prática a fixação do colono nas terras da CAND exigia deste muito mais, pois, como já foi exposto, a maior parte da colônia (Segunda zona à direita do rio Dourados) se encontrava coberta por mata densa e foi colonizada, sendo os lotes demarcados pelo próprio colono, o que por sua vez exigia maior esforço deste, é o que podemos concluir da fala a seguir:

Eu não tinha costume de derrubar mato, eu trabalhando no estado de São Paulo, não tinha costume de derrubar mato, eu tinha costume de arar a terra, trabalhar com o arador, coisa assim, aí eu fui enfrentar o machado, cortar, derrubar o mato no machado, era uma situação tão difícil, era um serviço tão pesado (depoimento de Ivo Araújo, coletado por Nilton Ponciano em 1999).

Nesse processo, sabe-se que a maioria dos colonos, de fato se dedicou de fato à agricultura. Esta apesar de todas as situações favoráveis enfrentou como foi exposto, situações adversas, diante disso, muitos colonos desesperançosos por verem suas expectativas muitas vezes abaladas destinaram-se a outras atividades. A exploração da madeira foi uma destas, a qual muitos colonos viram como uma fonte de renda. Neste processo o trabalho com a madeira foi algo possibilitado pelas circunstâncias. Em consonância ao depoimento acima, pode-se observar que para a maioria dos colonos a madeira foi o primeiro produto com a qual tiveram contato mediante as técnicas para a limpeza dos terrenos. Técnica esta bastante primitiva, que utilizava instrumentos simples, como o serrote, o machado, a foice e o fósforo:

Aí foi quando nós mudamo para cá, e não tinha nem acabado de fazer a casa nos já entramos dentro e aí viemos e começamos a trabalhar, num sacrifício danado, meu pai no machado e não tem aquela época a história do motor serra, era tudo nos braços, era no machado mesmo, era machado e foice, aí meu pai fretou aqueles paraguaio também um pouco de mato para eles derrubar, e assim foi para frente, foi derrubando, queimando (depoimento de Ivo de Araújo, coletado por Nilton Ponciano em 1999).

Tal processo cujo fim maior era preparar o terreno para o desenvolvimento da agricultura, já trazia em sua gênese as condições para uma nova atividade – a exploração da madeira. Esta é um processo comum em contextos de colonização, como mostra Foweraker: “em todas as fronteiras, literalmente centenas de serrarias ‘clandestinas’ eliminam durante o processo de ocupação, as árvores que vão sendo cortadas, sob a proteção da escuridão da noite, por camponeses empregados pelas companhias e armados de serras automáticas para

derrubada” (1982, p. 47). Ressaltadas suas particularidades, este fator se fez presente na CAND, sendo constante desde seu início nas localidades cobertas por matas, como era o caso da Segunda zona.

Se esta teve colonização tardia em relação à primeira zona, como atesta a historiografia, a demora se deu na ocupação devido a problemas estruturais, porém com esta ocupação ou “invasão”, rapidamente os colonos transformaram as áreas de mata fechada em terrenos limpos, mediante as técnicas da coivara. Foi neste processo, que segundo Naglis a madeira tornou-se um problema na ocupação da colônia (2008, p. 87), visto que o objetivo era preparar a terra para a agricultura. Porém, logo a madeira deixa de ser problema para se tornar uma alternativa de renda e lucro. Inicia-se então paralela à agricultura a intensa exploração da madeira dos lotes dos colonos.

Pode-se considerar que estes foram os primeiros a se beneficiarem desta madeira, pois diante das circunstâncias – limpeza do terreno e falta de incentivos por parte da administração, tem-se um paradoxo. A CAND possuía uma serraria oficial para atender as necessidades dos colonos no que diz respeito à construção de habitações. Na década de 1950 a impossibilidade de oferecer incentivos aos migrantes devido a seu grande número, se estende também à madeira para construção de habitações, entretanto, enquanto supostamente a primeira zona se via impossibilitada de oferecer até mesmo a madeira básica para os colonos, logo haveria abundância desta na segunda zona, sendo assim, ainda que de imediato, não alimentassem uma perspectiva de renda, os colonos foram os primeiros a se beneficiarem com esta madeira, visto que segundo, Santos “os que chegaram após a primeiras levadas de colonos tinham que se arranjar sozinhos, construindo casas com a madeira do desmatamento do próprio lote” (2000, p. 41).

No entanto, logo esta madeira seria usada também como uma fonte alternativa de renda, pois sua abundância deu margem ao surgimento e à proliferação de serrarias pelo interior da colônia, sendo estas instaladas pelos próprios colonos:

em 1958, também ele (o pai) montou a primeira serraria, que prestou bons serviços e, posteriormente esta serraria foi ampliada com a chegada do seu irmão Manoel Antônio de Azevedo, o Manézinho, que, juntos montaram a maior serraria daquela época. Essa indústria foi, mais tarde, vendida a Milton Hafner Coura, e denominava-se Serraria São Benedito (AZEVEDO, p. 14)

A instalação destas serrarias ao interior da colônia se explica, de um lado pela abundância de madeira nativa consequente das derrubadas, e por outro, devido às necessidades dos colonos em madeira beneficiada para a construção de habitações, tendo em vista que quanto mais a Colônia se estendia ao Leste, mais distante de Dourados ela ficava,

aumentando assim as dificuldades dos colonos, devido à precariedade dos caminhos, como nos afirma as falas memorialistas da região atualmente Glória de Dourados:

Naquele tempo, para nós, construir uma casa de madeira serrada, representava um progresso muito importante. Aqui, em Vila Glória, assim se fazia, ou então tinha que construir casas de pau a pique, porque outro material não existia. A madeira tinha que ser cortada a braço, com os famosos serrotões paraguayos, ou então buscá-la em Dourados, a 80 quilômetros, que, com sorte se fazia em uns quatro dias de viagem, quando fazia tempo bom (AZEVEDO, p. 14).

Dessa forma, deduz-se que a madeira era comercializada entre os próprios colonos na região, mas também, assim como os produtos agrícolas, era comercializada com outras pessoas da região, sendo inclusive exportada para São Paulo, isto é, quando havia condições de escoá-la, como nos afirma outra fala do mesmo memorialista citado acima:

as primeiras serrarias também enfrentaram muitas dificuldades principalmente falta de estradas, pois não havia como exportar a madeira para São Paulo. Ou se vendia o que se produzisse, por aqui mesmo, ou se enfrentava recessão, o que veio a ocorrer com o aumento do número de serrarias, que não tinham como comercializar no local, toda a sua produção (AZEVEDO, p.14;15)

Neste contexto, os colonos são vistos pelos memorialistas como os heróis da colonização, os bandeirantes do século XX, entretanto, são pouco discutidos os efeitos ambientais desse processo, que talvez por estar inserido em um contexto de expansão capitalista passa despercebido. Porém, é preciso evitar generalizações, pois embora, este seja um processo necessário e comum, na metade do século XX as experiências do passado já mostrara a ação devastadora do homem para com seu meio em nome de um suposto progresso, fazendo assim com que surgisse preocupações com o espaço ecológico, as quais se acham explícitas no Decreto Lei 3.059/1941, de implantação das colônias agrícolas nacionais.

O artigo 24 do mesmo decreto, por exemplo, “assegurava a não exploração das matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo; o artigo 4º assegurava a preservação de uma determinada área de mata: ‘Tratando-se de regiões de florestas naturais, em cada lote será mantida uma reserva florestal não inferior a 25% da sua área total’” (cf. SANTOS, p. 43; PONCIANO, 2006, p. 85).

Tais exigências são inteiramente aplicáveis à área da CAND, visto que, como já foi exposto grande parte de seu território era coberto por mata densa. Ainda não é possível afirmar em que medida esta exigência foi cumprida, visto que em sua maior parte o trabalho de colonização foi feito por iniciativa própria dos colonos, os quais “individualmente passaram a derrubar e a serrar indiscriminadamente a reserva florestal da Colônia” (NAGLIS, 2008, p. 90). Mas sabe-se, que as consequências ambientais estiveram presentes desde o

início da ação dos colonos, pois a própria técnica utilizada para a limpeza dos lotes, era degradante ao solo, visto que o sistema da coivara consistia na queimada, após a derrubada e recolhimento da madeira, do mato, o que por sua vez empobrecia o solo.

Foi dito acima que desesperançosos com a lavoura muitos colonos buscaram alternativas de renda, sendo a exploração da madeira uma delas. Os colonos, assim, como todos, puseram grandes expectativas em torno da colônia, no que se refere à prática agrícola, visto que havia vários fatores que se conjugavam positivamente para tal, além dos estímulos de mercado. Apesar das grandes expectativas, não se pode criar generalizações afirmando que a CAND foi uma grande fornecedora de gêneros agrícolas e matérias primas industriais ao Sudeste, em contrapartida, também não se pode afirmar que ela não obteve êxito quanto ao papel para o qual fora projetada. Todas as particularidades, ditas acima, precisam ser analisadas neste processo.

Por exemplo, sabemos que a maioria dos colonos se dedicou ao trabalho agrícola, mas nem todos eram aptos a ele como exigia a legislação. Outro fator é que a maioria não tinha conhecimento das peculiaridades da região, no tocante, por exemplo, às características climáticas, tipos de pragas etc. Embora o sistema de preparo da terra fosse simples, a prática da lavoura requer do agricultor um mínimo de experiência, para que o mesmo possa conhecer as pragas comuns peculiares a cada tipo de lavoura, bem como os agrotóxicos corretos a serem utilizados, a distancia que se deve deixar entre uma planta e outra e muitas outras especificidades. Sendo assim, mesmo em menor grau, estes foram fatores que podem ter acarretado implicações ao desenvolvimento da lavoura na CAND.

Entretanto, houve outros fatores que de fato comprometeram em maior grau o desenvolvimento agrícola, cite-se, por exemplo, as dificuldades de escoamento da produção, as quais foram cruciais, sendo responsáveis pela desvalorização comercial e até mesmo em grandes perdas da produção dos colonos. A agricultura desenvolvida na CAND em sua grande parte pode ser classificada como de subsistência, pois a maioria dos produtos cultivados eram aqueles gêneros agrícolas de primeira necessidade, ou seja, o arroz, o feijão e o milho. Entretanto, ao se falar das grandes expectativas geradas em torno da CAND, esperava-se que a colônia produzisse em grandes quantidades também os gêneros agrícolas industriais, como o café, o amendoim e o algodão.

Quando falamos nos prejuízos da agricultura causados pelas dificuldades de escoamento, estamos nos referindo, sobretudo, à prática de uma agricultura comercial. Foi constatado, por meio de pesquisa anterior, que esta de fato foi prejudicada pelas dificuldades de escoamento (cf.: MENEZES, 2008), visto que a maior parte da colônia localizava-se à

margem direita do rio Dourados, isto é a Leste da primeira zona, o que aumentava as distâncias em relação a Dourados e à estação de Itahum. Estação esta, assinala Queiroz, relativamente “desfavorável em relação ao núcleo agrícola constituído pela Colônia de Dourados”, pois se localizava acerca de 60 quilômetros a oeste da cidade de Dourados (cf.: 1999, p. 499).

Salina destaca outro fator que desfavorecia o uso da estação de Itahum para o transporte da produção da CAND: “com a entrada do ramal da NOB, o que se seguiu foi uma diminuição da distância até Itahum [...]. Todavia o preço do frete rodoviário era alto, logo isto enriquecia os donos de caminhões e dificultava a vida dos comerciantes” (cf.:2003, p. 23). Esta situação era muito mais crítica para a segunda zona, pois além de aumentar os custos no transporte, muitas vezes o impossibilitava totalmente devido aos contratempos, como na época das intensas chuvas, que formavam atoleiros impedindo a passagem pelas precárias estradas até Dourados. Ao mesmo tempo, apesar da expansão da malha rodoviária, no extremo sul do SMT até início da década de 1960 não havia estradas ao Leste que ligassem diretamente o interior da colônia ao Sudeste brasileiro (cf.: CASALI, 2002, p. 21).

Dessa forma, explica-se a fala dos ex-colonos, quando afirmam que jogavam sacas de gêneros agrícolas no rio ou à beira de estradas, por falta de alternativas: “as lavouras que colhiam tinham pouco valor, principalmente pelas longas distancias e dificuldades de escoamento, pois não havia estradas” (AZEVEDO, 1994, p. 32). No entanto, mesmo diante da constatação de uma agricultura comercial deficiente, não se pode afirmar que a CAND não correspondeu às expectativas criadas em torno dela, pois de fato ela produziu, em quantidade e qualidade, o que fora prejudicado foi o comércio devido aos fatores já expostos. É importante frisar que destacamos as deficiências de uma agricultura comercial, com algumas ressalvas, visto que, também, foi constatado que mesmo os gêneros supostamente destinados à subsistência também foram comercializados, visto que eram produzidos muito além das necessidades imediatas dos colonos.

Portanto, o fato de afirmarmos que a colônia produziu em grandes quantidades, não exclui as grandes dificuldades que os colonos enfrentaram na prática agrícola. O fato de evidenciarmos tais dificuldades, que muitas vezes, prejudicaram o desenvolvimento da agricultura na CAND, não diminui a importância ou o sucesso da Colônia, no tocante à prática agrícola.

Como foi exposto acima, conclui-se que a madeira era explorada pelos colonos, também com vistas ao mercado, é o que se deduz das falas memorialistas reproduzidas acima: “as primeiras serrarias também enfrentaram muitas dificuldades principalmente a falta de

estradas, pois não havia como exportar a madeira para São Paulo”. Entretanto, até a década de 1960 a Segunda Zona da CAND enfrentou grandes dificuldades quanto ao escoamento de seus produtos, tanto no comércio da madeira, quanto dos gêneros agrícolas. Isto devido às condições já expostas acima, que muitas vezes lhe acarretava certo isolamento, o que deixava os colonos sem alternativas quanto à produção, principalmente de gêneros agrícolas, visto que não havia nem possibilidades de armazenamento, ocasionando a perda de muitos produtos, principalmente àqueles mais vulneráveis à umidade ou que deterioravam rapidamente. Foi diante das grandes perdas da produção da segunda zona e dos prejuízos econômicos, em face da impossibilidade do transporte desta produção até Dourados, que se cogita como única solução a abertura de uma estrada para o Leste, em direção a São Paulo, o que se concretiza, ainda que de forma precária, em fins da década de 1960, possibilitando o escoamento direto da produção da segunda zona da CAND para o Sudeste brasileiro:

começou Glória também, e Jatei, e aí veio e começou a se interessar a ligar com São Paulo por aqui, em vez de ir por lá, que era tudo terra, buraco e natureza, vamos por aqui que era mais fácil, a gente mesmo abria passagem, tinha uma pequena passagem no lombo de burro, depois veio a terra, mais ainda, cascalhada (depoimento do padre Amadeu Amadori, coletado por Ponciano).

Dessa forma, enquanto se iniciava no Estado na década de 1960 a mecanização da agricultura, nesta mesma década, mais precisamente em 1968 houve a emancipação da CAND. Ao contrário do que somos levados de imediato a pensar, sem as devidas análises, grande parte da colônia, principalmente a segunda zona, na prática não acompanha este processo. Ou seja, ainda em face da concentração de terras, da modernização agrária que vinha em certa medida ameaçar a pequena lavoura, a Colônia continua desenvolvendo suas atividades por meio da pequena propriedade, sendo que neste mesmo período é que os colonos da segunda zona conseguem, por meio da já citada estrada, alcançar o mercado consumidor tão almejado desde o início dos trabalhos agrícolas. É o que se pode observar no seguinte relato: “Mas o fato é que, na colheita de algodão de 1962, isto é, já no mês de março, iniciamos o transporte de algodão para São Paulo” (AZEVEDO, 1994, p. 61).

Considerações Finais

As considerações delineadas neste artigo fazem parte de uma pesquisa em andamento, entretanto algumas delas já puderam ser verificadas por meio de pesquisa anterior de Iniciação científica.

O fator produção é que nos permite dizer que a colônia teve êxito na inserção da região na economia de mercado, pois os colonos apesar de, como foi frisado, possuem uma

mentalidade típica dos membros de uma frente de expansão, estavam inseridos de fato em uma economia de mercado, pois, como afirmou Martins, a frente pioneira é um fenômeno eminentemente capitalista. Como foi mostrado a produção da colônia não se restringiu apenas a gêneros agrícolas, mas também houve outros produtos, com o qual os colonos se ligaram ao mercado, como é o caso da madeira.

No caso dos gêneros agrícolas como se sabe estes incluíam os de subsistência e as matérias primas industriais. Estas foram produzidas em menor quantidade em relação aos outros, o que se explica, pelo fato de serem destinados exclusivamente ao mercado e a prática de uma agricultura comercial ter sido grandemente prejudicada pelas dificuldades de escoamento. Embora estas tenham sido fatores que implicaram no desenvolvimento de uma agricultura comercial, ressalte-se que embora com limitações a comercialização se estendeu a todos os produtos da CAND, pois também aqueles gêneros destinados à subsistência eram cultivados em significativas quantidades, o que ia além das necessidades imediatas dos colonos sendo o excedente comercializado.

Pode-se considerar que, o que impossibilitou que a CAND tivesse em maior grau atendido, pelo menos de imediato, a grande demanda do Sudeste, foram as dificuldades de escoamento que os colonos enfrentavam e não a incapacidade da colônia de produzir o suficiente para atender tal demanda. Visto que a produção foi muito ampla, o que pode-se concluir pelas falas dos colonos ao relatarem que a super-produção e a impossibilidade de venda e consumo acarretava a perda da produção.

Tais dificuldades, por sua vez, não se limitam somente aos gêneros agrícolas, mas também ao comércio da madeira, que de acordo com as fontes também tinha como destino o Sudeste brasileiro. A exploração da madeira, pelo que foi visto, possui várias faces, sendo inicialmente explorada pelos colonos para atender suas necessidades, mas logo sua importância extrapola os limites da colônia passando a ser objeto de lucro, é neste sentido que também os colonos a vêem como mais uma alternativa de renda, o que mediante a grande abundância de madeira favorece a implantação de muitas serrarias rústicas no interior da colônia.

A respeito da emancipação da CAND, ocorrida no fim da década de 1960, é preciso fazer algumas ressalvas a algumas generalizações. Esta ocorreu em um momento em que a região passava por transformações de ordem agrária, onde a pequena propriedade policultora perdia espaço para as grandes propriedades monocultoras, período que houve uma certa concentração da propriedade fundiária no SMT. Tal emancipação tem sido interpretada pela historiografia como “a extinção da colônia” (PONCIANO, 2006, p. 81), no entanto, tal

fato deve ser analisado, pois as rupturas não se dão com datas fixas e as permanências são inevitáveis, sendo assim, na prática a emancipação não corresponde à extinção da CAND, tendo em vista que a divisão político-administrativa deixou de existir, isto é, o território subordinado ao governo federal. Entretanto recorrendo a Bordieu, tal divisão é somente uma representação, uma abstração, as práticas concretas, construídas neste espaço, as vivências dos sujeitos sociais inseridos neste processo a conjuntura econômica criada não se desfez juntamente com a suposta “extinção” da Colônia. Sendo assim, a CAND continuou existindo para os colonos, que continuaram se referindo ao território como “a Colônia”, esta continuou ativa em pleno desenvolvimento de suas atividades. Enquanto se desfazia o corpo administrativo federal, os colonos continuaram trabalhando, produzindo, enfrentando dificuldades e comercializando seus produtos, agora com outros agentes, “se virando por conta própria”, como muitas vezes já vinham fazendo.

Com relação a mecanização da agricultura, esta foi uma realidade que se iniciou já na década de 1960, entretanto, é preciso também relativizá-la, pois esta inserção de máquinas agrícolas modernas, se dá de forma gradativa. Na segunda zona da CAND, por exemplo, esta realidade se deu de forma lenta, permanecendo as técnicas manuais de cultivo e colheita ainda por muito tempo. Como mostraram as fontes, a própria exportação de alguns produtos, como o algodão, para o Sudeste se iniciaram na década de 1960.

Referências

- AZEVEDO, José de. **Histórias que vivi**. Associação de Novos Escritores de MS, 1994.
- CAPILÈ, Cláudia Coutinho. **História de Fátima do Sul**. [S.I.]: Gráf. Caiuás, 1999.
- CARLI, Maria Aparecida F.. *A Colônia Municipal de Dourados: colonização e povoamento (1946 – 1956)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.
- CASALI, Rodrigo. *O transporte rodoviário nas relações comerciais da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1950-1970)*. 2002. Monografia (iniciação científica). UFMS, Dourados
- Depoimentos de diversos colonos, coletados em 1999 por Nilton Ponciano – Acervo do Centro de Documentação Regional (FCH/UFMGD) – Coleção CAND.
- DEUSDETE, Vicência Gomes. *A contribuição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados no processo de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso do Sul Meridional*. 2000 Monografia (Especialização em Geografia), UFMS, Dourados.
- FLOWERAKER, Joe. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

JESUS, Laércio Cardoso. *Erva mate: o outro lado, a presença de produtores independentes no Antigo Sul de Mato Grosso*. 2004. Dissertação (mestrado em História). UFMS, Dourados.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50. **Revista Brasileira de História**. v. 6, n. 12, São Paulo: ANPUH, mar/ago p. 47- 64, 1986.

LIMA, Alexandrino Ferreira de. **Glória de Dourados: datas e fatos**. [Glória de Dourados]: [s.n], [1982]

MARTINS, José de Souza. **Tradicionalismo e Capitalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MENEZES, Ana Paula. *A agricultura comercial na Colônia Agrícola Nacional de Dourados nas décadas de 1950 e 1960*. 2008. Relatório de iniciação científica. Dourados

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. “*Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto*”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

OLIVEIRA, Benícia C. de [1999]. *A política de colonização em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. Dissertação (mestrado em História) – FCL/UNESP, Assis.

PONCIANO, Nilton P.[2006] *Fronteira, religião, cidade: o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul/MS (1943-1965)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – FCL/UNESP, Assis.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.): **transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Ed. UFGD. Dourados. 2008

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato grosso (1918 – 1956)*. 1999 tese (Doutorado em História econômica) – FFLCH/USP, São Paulo.

SOUZA, Roney Salina. *A presença dos imigrantes sírio-libaneses no povoamento e nas relações comerciais da região de Dourados (1920-1960)*. 2003. Monografia (Iniciação científica). UFMS, Dourados.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: **HISTÒRIA geral da civilização brasileira**. Dirigida por Boris Fausto. V. 4, t. 3, p. 209-245. São Paulo: Difel, 1984.